

Apagões serão cada vez mais frequentes

# 'Modelo privatista do setor elétrico está falido', aponta Ikaro

**"Governo precisa voltar a atuar diretamente", diz o engenheiro especialista**

O engenheiro electricista Ikaro Chaves, ex-representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Eletronorte, afirmou ao HP que o modelo privatista do setor elétrico brasileiro está falido. "Estamos vendo a falência do modelo do setor elétrico bra-

sileiro gestado lá nos anos 90, quando começou o processo de privatização", afirmou. "O governo precisa voltar a atuar diretamente no setor elétrico, nas áreas de distribuição, de geração e de transmissão", afirmou o especialista ao analisar o apagão da Enel em São Paulo, que deixou 9,3 milhões de pessoas sem luz. **Pág. 2**

Paulo Pinto - ABR

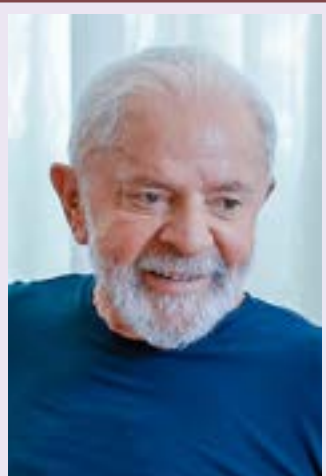


Presidente da Enel zombou de São Paulo dizendo que "eventos climáticos não estão previstos no contrato"

**HORA DO POVO**  
ANO XXXV - Nº 3.976 23 a 29 de Outubro de 2024



Ricardo Stuckert - PR



**Lula está bem após acidente doméstico que o tirou da cúpula dos BRICS**

Na foto, o presidente Lula em reunião no Alvorada, na segunda-feira. Lula sofreu um acidente doméstico em Brasília, no sábado (19), e teve que cancelar a viagem que faria à Rússia na tarde do domingo (20) para participar da 16ª Cúpula dos BRICS. **Pág. 3**

## Deccache: "pacote de Haddad e Tebet é guerra aos pobres"

Reprodução



O economista David Deccache chamou de "declaração de guerra aos pobres" e "pacote antipobre" as medidas de contenção de gastos avaliadas pela equipe econômica do governo esta semana. "Os alvos principais do pacote são as pessoas em situação de miséria", diz, ao criticar as propostas de cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende às pessoas de baixa renda, e a desvinculação de recursos mínimos para a saúde e educação. **Pág. 5**

**Finep apoia Força Aérea desenvolver motor hipersônico**

Parceria do Instituto de Estudos Avançados, do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e da Orbital Engenharia, que tem o apoio da Finep, objetiva criar um motor que poderá colocar o Brasil em novo patamar tecnológico. **P. 3**

**"Eu não privatizaria a Sabesp", afirma Geraldo Alckmin**

O vice-presidente e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, afirmou que "não privatizaria a Sabesp", empresa de água e esgoto de São Paulo que foi vendida pelo governador Tarcísio de Freitas. "Existe muita privatização para fazer caixa", criticou. **Página 3**

## Boulos denuncia a Enel e Nunes defende privatização de cemitério

O debate com os candidatos à Prefeitura de São Paulo, realizado pela Record e Estadão no sábado (19), teve entre seus principais pontos a questão da falta de energia que ainda atingia mais de

100 mil residências na capital, após uma semana de apagão. "O apagão em São Paulo tem uma mãe e um pai. A mãe do apagão vocês sabem, é a Enel, que presta um serviço horrível, e que, como prefeito, vou

trabalhar dia e noite para que não continue em São Paulo. Mas o pai do apagão está aqui do meu lado. É o Ricardo Nunes, que não fez o básico, a poda e o manejo de árvores", afirmou Boulos. O candidato

denunciou que a privatização dos serviços é uma bandeira do prefeito, da mesma forma como fez com a privatização dos cemitérios e da Sabesp, defendida por Nunes durante o debate. **Página 4**



**Nas bancas toda quarta e sexta-feira**

Defesa israelense falha e casa de Netanyahu vira alvo

Pág. 6

## Enel: intervenção já!

“Já passou da hora de Lula tomar finalmente uma decisão a respeito da ENEL. É fundamental que o governo decrete a intervenção imediata na empresa”

PAULO KLIASS\*

O drama vivido pela população de São Paulo durante os últimos dias tem todas as características de uma conduta criminoso por parte de uma empresa que foi beneficiada com a privatização de um serviço público essencial. A ENEL é a atual corporação que detém a concessão federal para administrar os serviços de transmissão de energia elétrica no Estado de São Paulo. O processo remonta à venda de uma empresa estatal para o capital privado ainda na década de 1990, quando o governo paulista transferiu o patrimônio da então Eletropaulo para um grupo privado. Como era comum naquele período, 50% do valor de compra foi oferecido pelo BNDES em condições extremamente vantajosas para os adquirentes.

Ao longo das décadas seguintes a empresa foi mudando de dono e o atual grupo italiano comprou a empresa das mãos da companhia norte-americana AES em 2018. Essa dança do capital financeiro em busca de melhores oportunidades de lucros provoca sérios prejuízos ao desempenho operacional da empresa e uma perda de sua capacidade de oferecer resultados de qualidade para a população e para os demais usuários. O apagão atual é “apenas” um evento a mais na longa série de crises anunciadas e cuja responsabilidade é totalmente atribuída à direção da ENEL. Em novembro de 2023 e em março do presente ano já houve situações catastróficas semelhantes.

Atualmente a empresa é responsável pelo fornecimento de energia elétrica para um contingente de 18 milhões de pessoas distribuídas por 24 municípios na região da Grande São Paulo. Dentre elas, a mais importante e estratégica é, sem dúvida alguma, a capital paulista. Afinal, este município conta com uma população de quase 12 milhões, ou seja, o equivalente a 2/3 de toda a clientela da empresa.

### ENEL ULTRAPASSOU TODOS OS LIMITES

Não existe a menor dúvida entre os especialistas na matéria de que a emergência de uma conjuntura caótica como a atual tem suas raízes na redução de investimentos e na diminuição de despesas estratégicas por parte da empresa. A lógica de obtenção do maior lucro possível no menor tempo colabora para o processo de sucateamento da empresa e dos serviços por ela prestados. A manutenção da rede de eletricidade tem um custo relativamente elevado e eles optaram por cortar os recursos necessários para esse fim. As equipes de pessoal cumprem um papel fundamental nesse tipo de atividade do setor elétrico, mas a lógica privada é reduzir os gastos com recursos humanos e com seu treinamento. As consequências são funcionários com baixos salários e pouca motivação, além de uma gritante carência de gente para dar conta das necessidades de toda a rede.

Privatizar empresas estatais, inclusive aquelas que prestam um serviço público essencial como a eletricidade, sempre representou uma orientação antiga do chamado Consenso de Washington. A intenção era a de promover ajustes estruturais nas economias pelo mundo afora com base no receituário do neoliberalismo. Assim, para além da imposição de regras de austeridade fiscal e da liberação generalizada das economias, a recomendação era que os Estados nacionais transferissem o patrimônio de suas próprias empresas ao capital privado. Partindo do pressuposto equivocado e altamente ideológico de que a ação do setor público seria sempre ineficiente, a narrativa falaciosa da exaltação da competência do capital privado como símbolo da eficiência ganhou espaço amplo nos meios de comunicação e no interior da sociedade.

Ocorre que a realidade tem demonstrado exatamente o oposto. Diferentes grupos de capital financeiro ganharam muito dinheiro com as privatizações, mas as promessas de tarifas mais baratas e serviços de maior qualidade ficaram para trás. Os processos de transferência do patrimônio público para o setor privado foram marcados por significativas elevações das tarifas cobradas dos clientes. Por outro lado, as obrigações das empresas concessionárias passaram longe do centro de preocupações dos órgãos responsáveis pela regulação e pela fiscalização do sistema depois de sua privatização. Como autênticos profetas do liberalismo extremado, deixaram tudo no mais bruto estado do “laissez faire, laissez passer”. E dane-se o prejuízo social e econômico provocado por ações irresponsáveis do capital privado.

Continua: <https://horadopovo.com.br/enel-intervencao-ja-por-paulo-kliass/>

\* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal

## Especialista analisa o apagão da multinacional Enel em São Paulo

# ‘Modelo privatista do setor elétrico está falido’, aponta Ikarô Chaves



Ikarô Chaves, engenheiro eletricista, foi representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Eletronorte

## Haddad quer mandar a conta do ajuste para os trabalhadores, denuncia Oreiro

“Juros aumentam, resultado primário requerido para estabilização da dívida aumenta. Solução: manda a conta pros trabalhadores pagarem”, diz economista

Na verdadeira guerra declarada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejante, Simone Tebet, aos pobres para cortar gastos públicos, consta mudanças em multa do FGTS por demissão sem justa causa e no valor do seguro-desemprego. O trabalhador receberia menos com o seguro-desemprego e veria reduzida também a multa pela sua demissão injustificada.

Além disso o governo estuda cortes no BPC (Benefício de Prestação Continuada), destinada aos idosos miseráveis ou inválidos e nos direitos previdenciários. O governo avalia mudar a idade mínima para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou indexar o benefício apenas à inflação. Hoje, o BPC é vinculado ao salário mínimo (R\$ 1.412). Outra medida em análise é alterar o critério do abono salarial, que atualmente é pago para trabalhadores com renda de até dois salários mínimos (R\$ 2.824). A proposta considera substituir esse critério pela renda per capita da família, tornando o benefício mais focalizado.

O professor de Economia da UnB, José Luis Oreiro, crítico os planos de Haddad. Ele disse que a intenção do governo com esse pacote é punir ainda mais o trabalhador. “Juros aumentam, resultado primário requerido para estabilização da dívida aumenta. Solução: manda a conta pros trabalhadores



“Tiramos dos pobres para alimentar a Faria Lima”

pagarem”, denunciou o economista. “Hoje deve rolar mais champanhe francesa em Sampa”, ironizou o professor. “É assim tiramos dos pobres pra alimentar a Faria Lima”, acrescentou Oreiro.

Na terça-feira (15), os ministros da Fazenda e do Planejamento discutiram a próxima fase do programa de corte de gastos, com foco nas despesas obrigatórias. Tebet afirmou que a intenção é implementar as medidas ainda em 2024 para votação até meados de 2025, mas não detalhou as ações. “Estamos muito otimistas que esse pacote terá condições de avançar na mesa do presidente Lula”, disse Tebet.

Preocupado em “acalmar” os banqueiros, Fernando Haddad considera que os direitos conquistados pelo desempregado para enfrentar um momento dramático de sua vida,

“O governo precisa voltar a atuar diretamente no setor elétrico, nas áreas de distribuição, de geração e de transmissão”, afirmou o engenheiro. Na Alemanha, mais de 300 distribuidoras foram reestatizadas quando vencerem as concessões”

O engenheiro eletricista Ikarô Chaves, ex-representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Eletronorte, afirmou neste sábado (19), em entrevista ao HP, que o modelo privatista do setor elétrico brasileiro está falido. “Estamos vendo a falência do modelo do setor elétrico brasileiro gestado lá nos anos 90, quando começou o processo de privatização”, afirmou.

### EQUIPE DE TRANSIÇÃO

Ikarô acompanha esse processo há anos. Ele integrou a equipe de transição do governo do presidente Lula. Em sua opinião, com as privatizações e o desmonte por parte do governo, “os apagões têm tudo para se tornar mais frequentes no Brasil. Para o especialista, só há um caminho para que o país possa superar o problema. “O governo precisa voltar a atuar diretamente no setor elétrico, nas áreas de distribuição, de geração e de transmissão”, afirmou.

Ele cobrou uma ação mais firme do governo federal no setor e a revisão das concessões. “O sistema elétrico é uma responsabilidade do governo federal. Os contratos de concessão vigentes no Brasil inteiro começam a vencer no ano que vem. É uma oportunidade de rever esses contratos. Mas o governo já editou um decreto encaminhando a renovação das concessões de 20 distribuidoras, inclusive da Enel. Lula esteve na Itália e lá já disse que o contrato da Enel vai ser renovado”, disse o engenheiro.

“Quando termina o prazo de concessão, ela volta para o poder concedente, que é o governo federal. O governo pode renovar, pode relicitar ou tomar para si essa concessão, assumir o serviço, como foi feito em vários lugares. Por exemplo, na Alemanha isso aconteceu. Venceu a concessão e o governo entendeu que era melhor voltar a prestar o serviço, reestatizar. Mais de 300 distribuidoras foram reestatizadas quando vencerem as concessões”, apontou Ikarô.

### ALTERNATIVAS

“O setor elétrico, baseado na privatização e regulação faliu. É preciso achar alternativas. O governo precisa voltar a atuar diretamente no setor elétrico, nas áreas de distribuição, de geração e de transmissão. O caso da Enel é uma oportunidade. Abre uma janela legal e política para isso!”, defendeu.

Ele destacou que as empresas privatizadas não investem nos seus quadros de pessoal. “O principal fator é a questão da mão de obra, questão humana. E este é um ponto importante na discussão. Há muita gente defendendo investimento, compra de equipamentos. Agora, a manutenção é feita por pessoas”, disse Ikarô. “Há uma lógica no setor elétrico brasileiro, hoje dominado por empresas privadas: é a busca pelo aumento do

lucro das empresas. A única maneira que as empresas têm de aumentar a margem de lucro é cortando o pessoal”, apontou.

O engenheiro lembrou que, quando foram iniciadas as privatizações a propaganda dizia que as tarifas iam baixar e o serviço iam melhorar. Ocorreu exatamente o inverso. “Estamos vendo a falência de um modelo do setor elétrico brasileiro, que foi gestado lá nos anos 90, quando começou o processo de privatização. Está provado. São 30 anos desde as privatizações. A energia fica cada vez mais cara e há cada vez mais problemas de abastecimento”, denunciou Ikarô.

### CORTES DE CUSTOS

Ele explica que as empresas cortam custos, principalmente com redução de pessoal e na falta de manutenção preventiva. O objetivo é aumentar os lucros. “O sistema de controle não funciona”, diz. “A agência reguladora, a Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica], autoriza aumentos da conta da luz e tem que fiscalizar o serviço. Mas esse modelo não funcionou. Há objetivos antagônicos e inconciliáveis nessa relação”, prosseguiu o engenheiro.

“A empresa precisaria atingir parâmetros estabelecidos. Só que há o que a regra chama de expurgos. São ocorrências retiradas das medições de qualidade porque, teoricamente, são excepcionais. Hoje, você imagina que a Enel vai ter uma nota de qualidade baixíssima por conta do que tem ocorrido em São Paulo. Mas não vai, porque ela vai colocar um evento como o do final de semana como algo extraordinário, causado por uma força da natureza fora do normal. As empresas usam desses expedientes para manter índices dentro do exigido”, afirmou.

### EVENTOS CLIMÁTICOS SÃO INSISTÍVEIS

Ikarô contestou a fala do presidente da Enel, de que os eventos climáticos não estão no contrato de prestação de serviço no setor elétrico. “A rede de distribuição de energia das cidades é aérea. Por ser aérea, está sujeita a intempéries. Quando você tem árvores caindo sobre a rede aérea, falta luz. É normal. Agora, em São Paulo, não houve preparação para eventos como este. Não há vias alternativas para garantir o fluxo de energia. Por isso, a queda de uma árvore afeta tanta gente”, explicou.

“Estamos vivendo mudanças climáticas, sim, mas é bom lembrar que não houve um furacão em São Paulo. Mais gente ficou sem luz em São Paulo do que na Flórida, onde, sim, ocorreu um furacão. As mudanças climáticas não podem servir de desculpa para as empresas. Não estou negando a realidade. Mas São Paulo passou por uma tempestade. E tempestades sempre ocorreram. O sistema deveria estar preparado para isso. E não só em São Paulo”, acrescentou o especialista.

## Economia recua 0,2% em agosto, aponta FGV

“A queda pelo segundo mês consecutivo é explicada pela estagnação da indústria e a retração dos serviços”

A atividade econômica recuou 0,2% em agosto deste ano, segundo o Monitor do PIB do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), divulgado nesta terça-feira (15). Em julho, o indicador caiu -0,3%.

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Jordana Trece, “a queda da economia pelo segundo mês consecutivo é explicada pela estagnação da indústria e a retração dos serviços. Das três grandes atividades econômicas, apenas a agropecuária cresceu na comparação de agosto com julho. Pela ótica da demanda, a maior parte dos componen-

tes apresentou crescimento. A exceção foi a exportação que apresentou expressiva queda de 2,5%”.

“Os menores níveis de exportação de produtos agropecuários e da extrativa ajudam a explicar essa retração”, disse a economista sobre a queda nas exportações.

O Monitor do PIB aponta que, na média móvel trimestral encerrada em agosto, o consumo das famílias cresceu nos diferentes tipos de consumo, com destaque para o consumo de serviços.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/atividade-economica-cai-02-em-agosto-aponsa-monitor-do-pib-fgv/>

## Ministro diz que vai insistir com Lula para cortar investimentos

Difícil é convencer a sociedade, reclama o ministro Haddad, prometendo que seus cortes não serão tão drásticos como os da Argentina

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, na segunda-feira (14), em entrevista à jornalista Mônica Bergamo, que pretende vencer o presidente Lula da necessidade de cortar gastos sociais e investimentos públicos para garantir a meta fiscal. Sua meta de zerar o déficit significa a paralisação do crescimento do país.

Ele não fala diretamente em parar o crescimento, que já vem sendo bastante tímido nos últimos anos, mas sabe perfeitamente que o resultado dos cortes propostos por ele será esse. Não é à toa que Lula resiste a fazê-los. O presidente sabe aonde isso vai levar o país.

O Brasil está com uma taxa de investimento de 16,8% do PIB, considerada por muitos economistas como insuficiente até para a reposição do desgaste natural de máquinas e equipamentos. O país já atingiu no passado uma taxa de investimento de 24% do PIB e, atualmente, ela está

muito abaixo do necessário para a esperada retomada do desenvolvimento.

A meta, que Lula anunciou na campanha, de fazer mais e melhor do que fez em seus governos anteriores, está sendo substituída pela meta de déficit zero de Haddad. O ministro argumenta que o atingimento da meta é importante para que o Brasil reconquiste o chamado “grau de investimento”.

Quem dá o “grau de investimento” para países e empresas são aquelas agências que avalizam o banco Lehman Brothers nas vésperas da quebra geral de 2008. Além de pouca credibilidade, essas agências só elevam notas dos países que seguem sua cartilha neoliberal e cortam seus investimentos para garantir o pagamento dos juros em dia.

Um outro problema de quem busca essas “metas” avalizadas pelas agências americanas é que eles acreditam que só capital estrangeiro é quem poderá salvar o Brasil.



Fernando Haddad

Capital estrangeiro que no momento só pensa em especular e muito pouco em investir.

Na entrevista, Fernando Haddad tentou minimizar o desastre econômico e social que será para o país – sem falar das consequências políticas – se os cortes de investimentos defendidos por ele forem feitos e o país se mantiver estagnado ou mesmo entrar em recessão.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/haddad-diz-que-vai-insistir-com-lula-para-cortar-investimentos/>

Escreva para o HP  
[horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto  
Rua Mazzini, 177  
Cambuci - CEP: 01528-000  
São Paulo-SP  
E-mail: [inc24agosto@gmail.com](mailto:inc24agosto@gmail.com)  
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: [horadopovo@horadopovo.com.br](mailto:horadopovo@horadopovo.com.br)  
E-mail: [comercial@horadopovo.com.br](mailto:comercial@horadopovo.com.br)  
E-mail: [hp.comercial@uol.com.br](mailto:hp.comercial@uol.com.br)  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000  
**Sucursais:**  
**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679  
E-mail: [hprj@oi.com.br](mailto:hprj@oi.com.br)  
**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000  
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: [hp.df@ig.com.br](mailto:hp.df@ig.com.br)  
**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480  
E-mail: [horadopovomg@uol.com.br](mailto:horadopovomg@uol.com.br)  
**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: [horadopovobahia@oi.com.br](mailto:horadopovobahia@oi.com.br)  
**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004  
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603  
E-mail: [horadopovope@yahoo.com.br](mailto:horadopovope@yahoo.com.br)  
**Belém (PA):** Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823  
**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

[www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)



Ricardo Stuckert/PR

Lula em reunião na segunda-feira, dia 21

## Lula: “estou bem, mas tenho que esperar 3, 4 dias para sabermos qual foi o estrago”

O presidente Lula (PT) afirmou, em telefonema na segunda-feira (21) ao candidato a prefeito de Camaçari (BA), Luiz Caetano, do PT, que seu acidente doméstico ocorrido no fim de semana foi grave, mas que não afetou a “parte mais delicada da cabeça”. Ele afirmou, ainda, que a equipe médica precisa de três a quatro dias para saber o “estrago que fez a batida”.

Lula sofreu um acidente doméstico no sábado (19) que o obrigou a suspender a viagem à 16ª Cúpula dos BRICS, em Kazan, na Rússia. É a primeira vez que Lula fala publicamente desde o acidente. “Estou bem, querido, eu tive um acidente aqui, mas uma bobagem minha. Foi grave, mas não afetou nem uma parte mais delicada. Eu estou cuidando, porque qualquer coisa na cabeça é muito forte, né?”, disse Lula a Caetano.

“Estou aguardando, porque os médicos dizem que eu tenho que esperar pelo menos uns três, quatro dias para eles saberem qual foi o estrago que fez a batida”, completou.

Em Camaçari, Lula foi recebido na semana passada em um megacômodo de apoio ao candidato de seu partido. Luiz Caetano, que concorre pela quarta vez à prefeitura, venceu o primeiro turno com 49,5% dos votos contra 49,1% de Flávio Matos (União Brasil).

No telefonema desta segunda, Lula encerrou a ligação falando do seu acidente, e brincou: “Preciso sobreviver para ir na sua posse”. Nesta segunda, o Planalto também publicou uma foto de Lula com Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e o assessor especial para Assuntos Internacionais, Celso Amorim. A foto mostra Lula agindo com naturalidade, gesticulando durante o encontro. Há preocupação no Planalto de reforçar que o presidente está bem, apesar do acidente.

A tarde, também teve uma reunião com os ministros Alexandre Silveira (Minas e Energia), Jorge Messias (Advocacia-Geral da União) e Márcio Macêdo (Secretaria-Geral da Presidência). A pauta é o acordo para a indenização de vítimas e comunidades atingidas pela tragédia de Mariana (MG).

O ministro disse ainda que Lula está “superbem” e sem dores. “O presidente, em nenhum momento, perdeu qualquer tipo de nível de consciência, desorientação. Ele mesmo que, ao cair, procurou fazer o contato com a equipe do Palácio para fazer as ações de primeiros cuidados ali. Então, isso é algo muito positivo em um acidente como esse”, afirmou Padilha.

# Finep apoia FAB para criar o primeiro motor hipersônico



Teste bem sucedido de lançamento do foguete hipersônico 14-X pela Força Aérea

## “Eu não privatizaria a Sabesp”, crítica Alckmin

O vice-presidente e ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, afirmou que “não privatizaria a Sabesp”, empresa de água e esgoto de São Paulo que foi vendida pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). “Eu não privatizaria a Sabesp. Quando eu fui governador de São Paulo, eu tinha pensado em criar uma holding lá em cima e embaixo ter as empresas de saneamento, enfim”, disse Alckmin.

“Isso não é dogma. A crítica que eu faço em relação ao saneamento é que existe muita privatização para fazer caixa. Você vende um ativo, faz caixa e não

## Lula oficializa o educador Anísio Teixeira como patrono da escola pública brasileira

O Projeto de Lei 6204/2023, de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que declara o educador Anísio Teixeira como patrono da escola pública brasileira, foi sancionado na terça-feira (15), Dia do Professor, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O evento ocorreu no Palácio do Planalto e marcou a celebração do Dia dos Professores.

A autora do projeto, Alice Portugal estava presente. O diretor de assuntos jurídicos do PROIFES, Oswaldo Negrão, também participou da cerimônia, juntamente com a professora Uilma Amazonas (APUB) e o professor José Fletes (APUFSC). Idealizador das mais significativas mudanças na educação do país do século XX, o educador sempre defendeu a democratização do ensino e a escola pública, gratuita e de qualidade para todos.

“Essa homenagem é importante porque a educação é a única e a mais forte possibilidade que temos para fazer com que esse país dê um salto de qualidade, e sua sociedade possa viver bem com bons empregos e salários, e com muito conhecimento”, discursou o presidente Lula durante a cerimônia de assinatura da nova lei, que entrará em vigor assim que for publicada no Diário Oficial da União.

Ao destacar a relevância dos profissionais da educação para o país, e a importância de uma remuneração justa para os professores, Lula lamentou a falta de reconhecimento a esses profissionais, em especial por governadores que consideraram alto o valor do piso salarial da

paga a dívida”, continuou.

A Sabesp foi vendida pelo governador Tarcísio de Freitas por um montante R\$ 4,5 bilhões abaixo do seu real valor de mercado. Cada ação, avaliada em R\$ 87 na bolsa, foi vendida por R\$ 67.

O governador bolsonarista ainda criou a farsa de que a privatização reduziria as tarifas de água e esgoto, mas o plano é utilizar o valor da privatização para subsidiar os serviços.

Geraldo Alckmin, no programa Roda Viva, da TV Cultura, ainda falou que não vê “com bons olhos privatizar a Petrobrás” e lembrou que ela é uma das em-

categoria, atualmente em R\$ 4.580,57.

“A maioria dos professores sofre pela falta de condições das escolas, sofrem pela falta de condições para atender crianças que, muitas vezes, têm como prioridade comer uma refeição, em vez de estudar. Sofrem também pela falta de assistência do estado”, disse o presidente.

“Muitos governadores não quiseram pagar um piso salarial que, se bem me lembro, era de apenas R\$ 4 mil, achando que era pagar demais. Um país que considera R\$ 4 mil muito para um professor é um país que não cuida da educação com o respeito que deveria cuidar”, afirmou o presidente.

“Fiquei muito feliz e honrada com a sanção presidencial desta minha lei no Dia do Professor. É uma justa homenagem a um dos maiores educadores do Brasil. Seu legado inspira gerações e reforça a importância da educação como direito universal e a necessidade de reconhecermos o papel fundamental dos professores e das professoras na educação em nosso país”, diz Alice Portugal, que é considerada uma das parlamentares que mais se destaca na luta pelo fortalecimento da Educação brasileira e pelos direitos dos professores.

Anísio Teixeira, nascido em 1900 em Caeté (BA), foi um dos principais defensores da democratização do ensino no Brasil. Formado em Direito pela UFRJ em 1922, assumiu o cargo de secretário de Educação do Rio de Janeiro em 1931 e, no ano seguinte, foi um dos signatários do Manifesto

presas “mais lucrativas do mundo”.

“É uma empresa altamente lucrativa, das mais lucrativas do mundo”, destacou.

No ano de 2023, a Petrobrás obteve um lucro líquido de aproximadamente R\$ 125 bilhões, o segundo maior de sua história. Ao mesmo tempo, foi a petroleira, entre as grandes do mundo, que mais pagou dividendos para seus acionistas, o que foi criticado pelo presidente Lula.

A Petrobrás “também tem um papel social importante na promoção do desenvolvimento, tem um fato indutor do desenvolvimento”, ressaltou.

Parceria do Instituto de Estudos Avançados, do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e da Orbital Engenharia que tem o apoio da Finep, objetiva desenvolver um motor que poderá colocar o Brasil em um novo patamar tecnológico

A Força Aérea Brasileira está realizando uma parceria estratégica para acelerar o desenvolvimento de motor hipersônico brasileiro. Reportagem da [Sputnik Brasil](#) revela que o Brasil aposta no setor de motores e aviação para não ficar de fora da corrida tecnológica deste setor. O desenvolvimento do primeiro motor hipersônico brasileiro é parte de projeto mais amplo, chamado Projeto Propulsão Hipersônica 14-X, que envolve iniciativas para desenvolvimento da tecnologia hipersônica nos setores espacial, de aviação e foguetes.

### APOIO DO FINEP/MCTI

A parceria entre o Instituto de Estudos Avançados (IEAv), o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e a Orbital Engenharia, que tem o apoio da Finep, órgão de fomento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, objetiva desenvolver um motor que poderá colocar o país em novo patamar tecnológico. Com design arrojado, o motor hipersônico brasileiro poderá ter mais aplicações civis e militares do que o esperado, avaliam especialistas.

A vertente do projeto destinada à aviação tem o potencial de obter tecnologia ainda inédita no mundo, disse o professor de Propulsão Espacial do curso de Engenharia Aeroespacial da UFABC, Annibal Hetem. Segundo ele, o design do motor de propulsão hipersônica aspirada e o protótipo da aeronave hipersônica da FAB são arrojados.

### PROJETO 14-BIS

“O projeto de desenvolvimento de motor para aeronave hipersônica brasileiro se chama 14-X, em uma referência ao projeto de Santos Dummont, o 14-BIS”, disse Hetem à reportagem. “A ideia é que a aeronave voe a 14 vezes a velocidade do som, então o número 14 virou um número mágico para esse projeto”, disse Hetem.

A parceria entre os institutos de pesquisa da FAB e a Orbital Engenharia é garantida pelos recursos públicos da Subvenção Econômica da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que acolhe projetos de inovação para a Base Industrial de Defesa Brasileira. Apesar das persistentes restrições orçamentárias do governo federal, o projeto Propulsão Hipersônica 14-X conta com cerca de R\$ 93 milhões para atingir suas metas.

“A FINEP tem interesse em financiar esse projeto em função dos seus desdobramentos tecnológicos, afinal, durante o processo de pesquisa, novos usos podem ser descobertos”, considerou Hetem. “Uma tecnologia como essa é interessante porque nunca sabemos quais os desdobramentos que ela vai ter, que podem ser diversos. Por exemplo, o desenvolvimento dessa pesquisa pode nos levar a compreender melhor a nossa capacidade de controlar máquinas em velocidades hipersônicas”, destacou.

Apesar de a possibilidade de utilização de motor hipersônico para a aviação civil não estar excluída, o uso imediato desta tecnologia seria sobretudo militar, acredita o professor da UFABC.

### INALCANÇÁVEL

“Uma aeronave como essa voará tão rápido que será basicamente inalcançável, e por isso com clara vantagem do ponto de vista da defesa”, disse Hetem. “Outra aplicação prioritária para essa tecnologia será para

## Moraes dá 60 dias para encerrar inquérito da trama golpista de Jair Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), estabeleceu o prazo de 60 dias para que a Polícia Federal conclua a investigação sobre o golpe de estado realizado por Jair Bolsonaro e seus aliados. A decisão é do dia 27 de setembro.

A investigação já revelou que Jair Bolsonaro escreveu um decreto presidencial para prender ministros do Supremo e instalar um golpe. Ele não obteve apoio

o lançamento de mísseis.”

O IEAv e a Orbital deverão desenvolver o Sistema de Controle Eletrônico de Injeção de Combustível (SISCRAMJET) para o motor hipersônico brasileiro, previsto para funcionar através da aspiração de ar. A parceria público-privada também é essencial para criar condições para testagem dessa tecnologia disruptiva em ambiente controlado.

“De fato, a realização de testes de voo real é um grande desafio. São necessárias equipes de uma centena de pessoas, uma área bastante grande, na qual não trafeguem aviões, navios ou pessoas que possam ser atingidas pela aeronave”, disse Hetem. “A dificuldade para testar um protótipo como esse em laboratório aumenta muito o custo do projeto.”

A velocidade da aeronave hipersônica é tão alta que somente um foguete pode dar a partida no seu motor. Atualmente, o protótipo brasileiro é acionado por um foguete VSB-30, o que dificulta ainda mais a realização de testes regulares. Em julho deste ano, a FAB se aliou à empresa brasileira MAC JEE para desenvolver o foguete de decolagem para o seu veículo hipersônico.

### OBSTÁCULOS

O professor Hetem falou sobre os obstáculos a serem superados e relatou como exemplo o teste realizado pela norte-americana NASA com uma aeronave hipersônica, durante o qual o protótipo simplesmente se perdeu: “Ela voou a uma velocidade tão alta, em uma região de oceanos, que não foi possível rastrear aonde ela caiu”. Assim como o modelo brasileiro, o teste da aeronave hipersônica da NASA também foi realizado com o auxílio de um foguete.

A associação com a iniciativa privada também é relevante “porque a empresa tem capacidade para construir a aeronave, enquanto o IEAv do DCTA é capaz de fornecer o desenho dela”. Segundo o professor, o design é bastante elaborado, “afinal, a uma velocidade tão alta, qualquer desvio na estrutura da aeronave tem um efeito significativo”.

O Projeto Propulsão Hipersônica 14-X também inclui vertentes de pesquisa na área de propulsão espacial e de tecnologias de foguetes. Nesta sexta, o Brasil já realizou testes bem-sucedidos e pode estar próximo de atingir o seu objetivo técnico-científico, declarou o professor do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e pesquisador do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISA-PE), João Gabriel Burmann.

“Em 2021, no âmbito da Operação Cruzeiro, o lançamento do foguete brasileiro 14-XS, lançado da base da Barreira do Inferno, atingiu a velocidade de Mach 6, e, portanto, uma velocidade hipersônica”, disse Burmann à Sputnik. “Fomos capazes de realizar um teste com foguete em velocidade hipersônica antes dos EUA, que teve sucesso somente em 2022.”

A tecnologia de mísseis hipersônicos já é dominada por algumas potências, em particular por Rússia e China. Os modelos russos de mísseis balísticos hipersônicos, como o Kinzhal, já foram utilizados no campo de batalha ucraniano, gerando grandes desafios para os sistemas de defesa antiaérea dos países da OTAN.

Segundo a PF, em relatórios preliminares, Bolsonaro organizou seus aliados em núcleos que participavam da trama golpista de diferentes formas.

Um deles, por exemplo, monitorava o deslocamento de ministros do STF para prendê-los no início do golpe, enquanto outro agia para manter nas ruas as manifestações de bolsonaristas que pediam “intervenção militar”.

## “Quem consome R\$ 1 trilhão são os juros e não os direitos sociais”, denuncia Jandira

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) criticou em suas redes sociais as notícias de que o governo estaria pretendendo cortar programas sociais e direitos dos trabalhadores. “Estamos vendendo circular através da imprensa as notícias de que o governo vai cortar gastos. E gasto do pessoal de baixa renda, impactando inclusive benefícios que já foram tradicionalmente conquistados, não só pelos primeiros governos do Lula mas pela própria sociedade”, denunciou.

A deputada admitiu que a pressão neste sentido está grande. “Tenho visto economistas ultraliberais, de gestões anteriores, dizendo que a Constituição é culpada dos problemas econômicos do país. De que o rentismo precisa ganhar mais, de que, na verdade, é o direito dos trabalhadores e trabalhadoras que tem a culpa, são esses direitos que são os culpados pelas dificuldades econômicas do Brasil”, afirmou a deputada.

Ela argumentou que os dados econômicos estão evoluindo

para melhor. E disse também que “a Constituição não tem responsabilidade sobre nenhuma dificuldade econômica, na medida em que garantir direitos é um dever do poder público, do Estado brasileiro”. Jandira denunciou os verdadeiros responsáveis pelo rombo e pela “gastança”. “É preciso tocar num ponto central, o que gasta trilhões do orçamento público é o pagamento dos juros da dívida pública”, apontou a parlamentar fluminense.

Jandira apontou certamente que o gasto público central está nos juros. “E esse só pode diminuir se a gente conseguir baixar os juros do Brasil”, defendeu. “Cada um ponto percentual de juros impacta sessenta bi do orçamento brasileiro. Aí está o nosso problema central”, disse a deputada. “É aqui que nós temos que mexer, reduzir os juros para reduzir esse sequestro de recursos orçamentários que sai dos tributos do povo brasileiro”.

Ela defendeu que o governo garanta as políticas públicas universais.

# Boulos denuncia Enel e Nunes defende privatizações, em debate na TV Record

Falta de energia que ainda atinge mais de 100 mil residências na capital paulista foi um dos focos principais do debate realizado pela Record e Estadão

O debate com os candidatos à Prefeitura de São Paulo, realizado pela Record e Estadão neste sábado (19), teve entre seus principais pontos a questão da falta de energia que ainda atinge mais de 100 mil residências na capital, após uma semana de apagão.

“O apagão em São Paulo tem uma mãe e um pai. A mãe do apagão vocês sabem, é a Enel, que presta um serviço horrível, e que, como prefeito, vou trabalhar dia e noite para que não continue em São Paulo. Mas o pai do apagão está aqui do meu lado. É o Ricardo Nunes, que não fez o básico, a poda e o manejo de árvores”, afirmou o candidato Boulos.

O candidato denunciou que a privatização dos serviços é uma bandeira do prefeito, da mesma forma como fez com a privatização dos cemitérios e da Sabesp, defendida por Nunes durante o debate. “Tem vários dispositivos de contrato, como por exemplo a questão de diminuir a interrupção. É uma privatização onde a regulação está aqui no estado, com um conjunto de coisas bem escritas no contrato, que irá punir a empresa caso ela não cumpra”, disse Nunes.

“Esse mesmo discurso que o Ricardo Nunes fez aqui sobre a privatização da Sabesp, os aliados dele faziam quando foi privatizada a Eletropaulo. A avaliação deles é que quando privatiza melhora, resolve tudo. Nós estamos vendo o que está acontecendo com a Enel e vou dar um alerta para vocês, a Sabesp pode virar a Enel da Água”, alertou Boulos.

“Se com a falta de luz já está sendo esse sacrifício, imagine faltando água. Depois,

quando dá o problema, ele vai vestir um coquinho para dizer que está trabalhando. Aliás só no tempo de eleição, porque quando deu o apagão no ano passado foi para o camarote da Fórmula 1. Como agora está em época de eleição, ele vestiu o coquinho dizendo que estava comandando alguma coisa e coloca a responsabilidade nos outros. Nós vamos enfrentar, como vou reestatizar o serviço funerário na cidade de São Paulo”, completou Boulos.

“Ontem teve um caso escandaloso de uma mulher de 23 anos que morreu de pneumonia e ficou três dias para ser enterrada porque a família não tinha os R\$ 850 para pagar o caixão social. Muita gente, na hora da dificuldade com seus entes queridos, tem passado por isso em São Paulo, porque ele privatizou. Ai depois joga a culpa nos outros. A culpa é dos outros e o prefeito não assume suas responsabilidades”, destacou Boulos.

Outro tema debatido foi a segurança pública. Ao ser perguntado pelo jornalista se o prefeito se sentiria seguro andando da Praça da Sé ao Largo do Paissandú, no centro histórico, às 23 horas, Nunes afirmou que, “no centro, reduziu em 60% os casos de roubo e furto. Estive outro dia na praça da Sé. Eram 22h. Crianças brincando. Sabemos que tem muito trabalho pela frente, mas estamos avançando e vamos continuar avançando”, disse Nunes.

Guilherme Boulos (Psol), debochou da resposta. “Gente! Vocês viram que ele não fica nem vermelho? Crianças brincando às 22h na Sé, a população sorrindo, andando com seus celulares na mão?”, questionou.

## Presidente da Enel zomba de SP: “eventos climáticos não estão no nosso contrato”

Enquanto isso, a Enel teve lucro de R\$ 2,6 bilhões em 2023 e não contratou as equipes que prometeu

O presidente da Enel Brasil, Guilherme Lencastre, disse que o contrato para distribuição de energia em São Paulo não prevê “eventos climáticos” e que eles são “imprevisíveis”, enquanto sua empresa teve lucro de R\$ 2,6 bilhões em 2023 e não contratou as equipes que prometeu.

Na sexta-feira (11), as chuvas que atingiram São Paulo deixaram 3,1 milhões de imóveis sem energia. Cerca de 9 milhões de pessoas ficaram às escuras. Passados cinco dias, na quarta-feira, mais de 100 mil imóveis continuavam no escuro.

Depois de uma crise semelhante em 2023, a Enel anunciou que iria contratar 1.200 pessoas para comporem as equipes que atuam para restabelecer a energia. No entanto, ela só contratou 176 pessoas, menos de 5% da promessa.

Depois de causar uma onda de raiva contra a empresa que preside, Guilherme Lencastre apontou que “eventos climáticos não estão previstos no nosso contrato e em nenhum lugar, porque eles são de fato imprevisíveis”.

Ele ainda reclamou que, “em grande parte, o Brasil foi constituído por redes aéreas, que estão suscetíveis a eventos climáticos extremos”.

A Enel Brasil é dona da Enel São Paulo, que tem, desde 2019, a concessão para distribuição de energia na capital e região metropolitana.

No ano de 2022, o lucro da Enel São Paulo atingiu R\$ 1,41 bilhão, multiplicando o resultado que teve em 2019, que foi de R\$ 780 milhões.

um lucro líquido de R\$ 480,5 milhões.

Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia, criticou a Enel por ter “falhado com o Brasil” ao deixar milhões no escuro. O governo federal defende que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), responsável pela concessão, apure e indique o rompimento do contrato.

Silveira ainda falou que todo o investimento feito pela Enel foi em “automação”, isto é, para demitir funcionários e comprar tecnologia.

Segundo o ministro, o contrato de concessão feito em 1998 “é fraco” e “inadequado à realidade do setor energético”.

“O contrato, que desde que eu assumi, chamo de obsoleto e fraco com relação a qualidade de serviço dos consumidores brasileiros, não previa esses eventos climáticos”, disse.

No entanto, o ministro se exime de tomar medidas mais efetivas contra a Enel, como a intervenção.



Boulos denunciou que privatização dos serviços é bandeira do prefeito



## 48ª Mostra de Cinema de SP exhibe “Auto de Vitória”, obra de Geraldo Sarno reencontrada por pesquisador

No “Auto de Vitória”, como descreve a sinopse do filme, “Satanás e Lúcifer debatem sobre a salvação ou danação do Brasil”. O curta mostra cenas do cortejo fúnebre do fêmur do padre José de Anchieta, “filmado no estilo cinema direito”, com imagens de uma encenação da peça teatral Na Vila de Vitória ou Auto de São Maurício, escrita em 1595 pelo próprio Anchieta.

Ou, como na definição mais esclarecedora e ao mesmo tempo indagadora do biógrafo do diretor: “‘Auto de Vitória’ começa com imagens de um cortejo militar conduzindo o fêmur do padre José de Anchieta (1534-1597) da Basílica de Aparecida à Catedral da Sé, em São Paulo. A presença da força nacional, da polícia e do exército é ostensiva nas imagens, mesmo entre as crianças. Estaria o cineasta preocupado mesmo com o cortejo fúnebre da relíquia? Ou havia uma intenção de conexão com o passado para ressignificar o presente?”

Segundo ele, “é um filme que discute coisas que ainda estão aí. As igrejas continuam tendo poder no Brasil. As igrejas continuam, de certa maneira, regendo a vida pública dos brasileiros”, diz.

De acordo com o jornalista, Geraldo Sarno, assim como sua obra, que entre os mais de 15 filmes que realizou estão, “Viramundo” (1965), “Coronel Delmiro Gouveia” (1977), “Deus é Fogo” (1985), “O Último Romance de Balzac” (2010), e “Sertânia” (2020), é “uma força bruta da natureza”, que conciliou “de forma muito peculiar um nível



O cineasta baiano Geraldo Sarno, morto em 2022

de pensamento reflexivo e de análise social sobre a realidade. Não apenas nossa, aqui no Brasil, mas de todos os países latino-americanos”.

“Inquieto e curioso, frequentemente se aproximava das novas gerações com naturalidade. Basicamente por ter perseguido, em vida, uma busca por um cinema genuinamente brasileiro, anticolonialista, constituído de mudanças, rupturas e utopias”, afirma.

Atendendo a um pedido desta reportagem, a filha e a neta do diretor, Paula e Beatriz Sarno, agradeceram a “descoberta” do paradeiro do filme pelo jornalista Piero Sbragia e também “pela recuperação da cópia desse filme realizada pela Cinemateca Brasileira”.

“Entendemos que a memória daqueles que contribuem para o conhecimento e reflexão acerca da cultura e história de nosso País só pode ser um esforço coletivo. Entendemos, também, que essa homenagem demonstra a vivacidade e atualidade de

sua obra, principalmente por que traz reflexões das quais necessitamos urgentemente hoje. Muitas descobertas ainda estão por vir. Esperamos todos lá!”, afirmam Paula e Beatriz Sarno.

Nas palavras do diretor, “no cinema busco uma forma de explicar a mim mesmo e de me posicionar no mundo. Mas tenho certeza de que só consigo lançar luz sobre a ponte, sobre o caminho. O que está além é tão misterioso quanto eu mesmo”.

O debate “O cinema de Geraldo Sarno e o sertão dentro da gente”, que ocorrerá logo após a exibição do curta, com as presenças de Paula Sarno, do diretor da Anicene, Paulo Alcoforado; da diretora Ana Carolina e do jornalista Piero Sbragia, e presenças ainda a confirmar, além do filme, também promete muitas reflexões.

Dia 23, às 20h. A exibição do filme, seguida de debate, acontece na Cinemateca Brasileira, na Sala Oscarito.



Presidente licenciado do PDT, Carlos Lupi - Foto: PDT

## Lupi reafirma apoio a Evandro em Fortaleza e critica apoio de ala do PDT a bolsonarista

Na quinta-feira (17), o ministro da Previdência e presidente licenciado do PDT, Carlos Lupi, criticou o apoio de uma ala do partido ao bolsonarista André Fernandes (PL) na disputa do segundo turno pela prefeitura de Fortaleza (CE). Na disputa, Fernandes enfrenta o petista Evandro Leitão.

O ministro considerou “muito triste” a chegada de Fernandes ao segundo turno em Fortaleza.

“Um candidato apoiado por essa direita carcomida, ultrapassada e raivosa, que representa com sua face a face dos filhos da opressão, os filhos dos torturadores, filhotes da ditadura, como falava Leonel Brizola. E um partido como o nosso, que tem a nossa história, jamais poderá estar ao lado dos filhotes da ditadura”, disse Lupi.

Embora o PDT faça parte da base de Lula (PT), a influência de Ciro Gomes tem aproximado algumas lideranças do partido ao candidato do PL, Roberto Cláudio, ex-prefeito de Fortaleza e presidente do diretório do partido na cidade, anunciou seu apoio a Fernandes.

Ele conta que a opção pela neutralidade foi um meio para proteger os quadros pedetistas na capital cearense, evitando um constrangimento à ala cirista diante da possibilidade de coligação com um candidato do PT.

Lupi reforçou seu apoio ao petista: “Não temos como ter outro lado, a não ser o lado da nossa coerência, da nossa história, da nossa luta, do nosso amor ao povo de Fortaleza e do Brasil. E esse lado aí em Fortaleza hoje é ao lado do Evandro Leitão.”

As siglas romperam a aliança estadual nas eleições de 2022, mas seguem alinhadas no plano nacional. Dos oito vereadores eleitos pelo PDT em Fortaleza, seis declararam apoio a Fernandes e apenas um não se manifestou. O prefeito José Sarto (PDT), que terminou em terceiro no primeiro turno, decidiu se manter neutro na disputa.

Aos dez dias do pleito, a disputa pela capital do Ceará está acirrada. Segundo pesquisa Atlas Intel divulgada na quinta-feira (17), os candidatos estão tecnicamente empatados. O bolsonarista tem 50% das intenções de voto, contra 47,9% do petista. Brancos e nulos somam 2%, enquanto 0,2% dos eleitores não sabe. No primeiro turno, Fernandes obteve 40,2% dos votos válidos, enquanto Leitão alcançou 34,33%.

## Chefe de laboratório que negligenciou testes de HIV “para economizar” é presa

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu, no domingo (20), Adriana Vargas dos Anjos, coordenadora técnica do laboratório privado PCS Saleme, envolvido no caso de pacientes infectados com HIV após transplantes de órgãos.

De acordo com a investigação, a funcionária é suspeita no envolvimento de emissão de laudos falsos que resultaram na contaminação de pelo menos seis pacientes transplantados no Rio de Janeiro. Adriana Vargas foi presa por policiais civis da Delegacia do Consumidor (Decon) em Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

De acordo com reportagem do G1, a coordenadora do laboratório foi apontada como a responsável por dar a ordem para economizar no controle de qualidade dos testes, conforme relatou em depoimento à polícia o técnico de laboratório Ivanilson Santos, preso na segunda-feira (14). Segundo as denúncias, Adriana determinou a quebra do protocolo de checagem de antígenos – que era para ser feita diariamente, mas passou a ser semanal com o objetivo de maximizar os lucros do laboratório.

A mulher deverá ser levada em seguida ao presídio de Benfica, onde estão os outros presos da operação. Com a prisão, foi concluída a primeira etapa da investigação, que inclui ainda análise dos documentos e materiais apreendidos.

“Com o avançar das investigações, a Secretaria de Estado de Polícia Civil (Sepol) desmembrou o procedimento que apura os falsos laudos emitidos pelo Laboratório PCS Saleme e instaurou novo inquérito para investigar o processo de contratação da empresa. Esse trabalho policial vai contar com apoio do Departamento-Geral de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro (DGCOR-LD) da Polícia Civil e da Controladoria-Geral do Estado. A força-tarefa do Governo do Estado visa à rápida elucidação dos fatos e à responsabilização dos envolvidos em caso de constatação de irregularidades”, disse a Polícia Civil, em nota.



## Chicão: “Enel privatizada cortou pessoal e abandonou manutenção preventiva”

O presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Energia, Água e Meio Ambiente (Fenatema) e do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, Eduardo Annunciato, o Chicão, falou sobre as interrupções no fornecimento de energia elétrica na cidade de São Paulo e denunciou que o apagão é resultado do sucateamento da distribuição energética no estado, desde a privatização da Eletropaulo. A declaração foi feita em entrevista ao canal “Faixa Livre”, no Youtube.

De acordo com Chicão, desde a privatização não se investiu em quadro mínimo de pessoal, o que reduziu drasticamente a qualidade dos serviços. “Na época, a gente falou que deveria haver o quadro mínimo funcional, mas eles deixaram para o mercado decidir como tocaria a empresa em relação às pessoas. Esse foi um gargalo, um problema muito sério porque o capital especulativo quando entra, ele quer lucro”, completou.

Chicão lembra que quando privatizaram a Eletropaulo, a promessa foi a mesma que o governo Tarcísio usou para privatizar a Sabesp, de que a tarifa iria reduzir e que aumentaria a qualidade do serviço. “Aconteceu exatamente o oposto: a qualidade do serviço caiu ao longo do tempo e o preço da tarifa subiu acima da inflação, chegando a quase 300% acima da inflação de 1998 até aqui. Ou seja, quem paga a conta em São Paulo paga três vezes mais do que deveria estar pagando em relação ao que era antes da privatização. E a qualidade está aí. As pessoas estão sem energia e pagando conta alta. Tarcísio privatizou a Sabesp e eu estou avisando: vai ter problema daqui a cinco, seis anos, com água em São Paulo como estamos tendo com a energia”, afirmou.

O sindicalista destacou que a empresa que assume a concessão da distribuição energética tem um contrato com metas a serem cumpridas, porém as metas não são suficientes para manter o nível de qualidade de serviço, pois o capital privado está sempre em busca auferir o maior lucro possível.

“E como ela faz isso? A empresa não pode aumentar a conta de luz a custa da manutenção preventiva. Ela faz uso de subterfúgios”. “Em vez de fazer manutenção, eles põem religadores automáticos ao longo dos trechos da rede. Caros, religadores caríssimos. Gastam milhões com religadores. Isso entra como investimento e vai para a conta de luz. Por isso que a conta sobe e a qualidade não melhora. Esses equipamentos servem só para sectionar a rede. Não resolve o problema. Quando dá um problema, ele vai desligar a rede. E com isso a empresa modulou os desligamentos para atingir os índices do contrato que a Aneel determinou. Foi a lógica do sistema para ganhar mais dinheiro. Utilizam religadores e não fazem a manutenção preventiva, deixando para fazer a corretiva”, denunciou.

Com o impacto das chuvas que aconteceram na última sexta-feira, com o vento forte e com a chuva, essa rede que já estava extremamente frágil veio abaixo, explica. “Agora é óbvio, vamos dividir as coisas. As árvores de grande porte que caíram atravessando de um lado da rua e atingiram a rede não é culpa da Enel. Aí tem a ver com a zeladoria da Prefeitura de São Paulo, que não foi feita. Mas as cruzetas que partiram e caíram, a cruzeta que já está podre, com a rede muito precarizada e que carece de uma manutenção preventiva que não é feita, sim”, ressaltou.

Sobre o papel da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o líder sindical foi enfático em afirmar que a fiscalização “não funciona”. Chicão destacou que a agência é orientada pelo relato das próprias empresas privadas, e não consegue dispor de recursos para fiscalização e controle. “Neste sentido, a Agência tem pouca possibilidade de regular e barrar os métodos utilizados pela concessionária para aumentar as tarifas cobradas à população à revelia da qualidade do serviço prestado. Vamos falar a verdade: é a raposa cuidando do galinheiro. A Aneel se pauta no que as empresas falam, não na realidade que o povo está passando e não fiscaliza de fato”, disse.

Ainda de acordo com o sindicalista, a diretoria do sindicato fez um processo de correr o circuito para identificar problemas. “Apresentei a proposta para o Ricardo Nunes de criar uma agência reguladora municipal em São Paulo. São Paulo tem 12,5 milhões de habitantes, é mais do que o Paraguai e o Uruguai juntos. Eu falei: justifica, prefeito, ter uma agência regulatória. Ele inclusive foi, conversou com o Lira, conversou com o ministro na tentativa de começar a organizar isso. Só que isso há um ano atrás e nada mais andou. Parece que parou a chuva e o pessoal perdeu a vontade, o ímpeto, de tentar resolver os problemas, caiu no esquecimento. E aí voltou a chover, o problema se repetiu”, concluiu.

# ‘Pacote de Haddad e Tebet é uma declaração de guerra aos pobres’



O economista David Deccache denunciou pacote “anti-pobre do governo”



## “Reduzir seguro-desemprego é excluir o pobre do orçamento”, afirmam Centrais Sindicais

As Centrais Sindicais divulgaram nota, nesta quarta-feira (16), em repúdio às propostas defendidas pelo Ministério da Fazenda que visam reduzir o benefício do seguro-desemprego, além de outras medidas que atingem diretamente os trabalhadores e beneficiários da Previdência mais necessitados.

“Já vimos este filme e o final não foi nada bom. Em 2014, a equipe econômica do governo Dilma propôs uma série de ajustes na economia, que conduziram o Brasil a uma situação de recessão e desemprego”, afirmam as centrais. Leia, a seguir, a íntegra da nota: “Fomos surpreendidos com a notícia de que os ministérios da Fazenda e do Planejamento defendem cortes no seguro-desemprego e no valor da multa por demissão sem justa causa.

A proposta inclui reduzir o direito do trabalhador à multa de 40% do FGTS nas demissões sem justa causa e o redirecionamento de parte dos recursos dela provenientes para o seguro-desemprego.

A equipe econômica acena também com retrocessos nas regras do abono salarial e do Benefício por Prestação Continuada (BPC), que deixaria de ser reajustado de acordo com o salário-mínimo. Deste modo, o valor do BPC, atribuído aos idosos pobres e desamparados, seria inferior ao salário-mínimo. Hoje, isto é vedado pela Constituição, de forma que a alteração requer emenda constitucional (PEC).

Já vimos este filme e o final não foi nada bom. Em 2014, a equipe econômica do governo

Dilma propôs uma série de ajustes na economia, que conduziram o Brasil a uma situação de recessão e desemprego. O Governo perdeu sua base social, viu corroer sua popularidade e abriu espaço para essa agenda ser radicalizada nos Governos de Temer e Bolsonaro.

Com a alegação de combater fraudes e distorções, as Medidas Provisórias 664 e 665, tal como agora está sendo feito, foram implantadas sem discussão com a sociedade e com as centrais sindicais, alterando as regras para o seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença e seguro-defeso dos pescadores artesanais.

As Centrais Sindicais atuam historicamente no combate ao mau uso de recursos públicos e reconhecem e atestam a necessidade de fiscalização, transparência, bem como maior controle social na gestão, mas consideram um equívoco que a correção dessas distorções pontuais se dê por meio de ações que penalizem todos os trabalhadores, restringindo ou retirando direitos já conquistados.

Não fomos chamados para opinar e soubemos pela imprensa de mais esta ameaça de retirada de direito. Mas, como representantes dos trabalhadores, reivindicamos nosso espaço e afirmamos que não é justo abalar a segurança financeira de quem já está desempregado no mercado formal, de quem está afastado para buscar qualificação ou dos pescadores no período do chamado defeso.

Tais propostas dos Ministérios de Fernando Haddad e Simone Tebet assentam-se na falácia neoliberal que privilegia o mercado financeiro em detrimento do desenvolvimento social e inclusivo. É uma visão que considera “gasto” investimentos importantes para o povo brasileiro.

Reiteramos nossa luta para que os ricos paguem a conta da crise através de um imposto sobre as grandes fortunas, taxa dos dividendos, das remessas de lucros ao exterior pelo capital estrangeiro e da revogação dos absurdos e volumosos benefícios fiscais concedidos às Petroleiras Internacionais.

Esperamos do presidente Lula a sensibilidade social condizente com sua história. Que ele não aprove a redução do seguro-desemprego e convoque as centrais sindicais, representantes dos trabalhadores, para a retomada de um diálogo democrático e franco.”

São Paulo, 16 de outubro de 2024

Miguel Torres, Presidente da Força Sindical  
Ricardo Patah, Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)  
Adilson Araújo, Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)  
Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)  
Antonio Neto, Presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Para o economista David Deccache, “são propostas para esmagar a saúde, educação, BPC e previdência, tudo para caber no Teto”

O economista David Deccache chamou de “declaração de guerra aos pobres” e “pacote antipobre” as medidas de contenção de gastos avaliadas pela equipe econômica do governo esta semana.

“Os alvos principais do pacote são as pessoas em situação de miséria”, afirma o economista, ao criticar as propostas de cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atende às pessoas de baixa renda, e a desvinculação de recursos mínimos para a saúde e educação.

“Haddad e Tebet, ao lado dos banqueiros e da imprensa ‘especializada’, anunciaram que os alvos principais do pacote são as pessoas em situação de miséria que recebem o BPC, a saúde e a educação”, escreveu o economista em suas redes sociais.

Segundo Deccache, “é um conjunto de propostas para esmagar a saúde, educação, BPC e previdência, forçando-os a caber no Teto”. E, ironizando, compara com o pensamento do ex-ministro de Bolsonaro: “Como dizia Paulo Guedes, a ideia é ‘quebrar os pisos para não furar o teto’”.

“O Novo Arcaouço Fiscal foi construído em duas fases. A primeira foi a implementação de tetos de gastos baixos o suficiente para esmagar os pisos da saúde, educação, BPC e a parte da previdência social vinculada ao salário mínimo”, afirma.

E preconiza que a segunda fase, “planejada há tempos para depois das

eleições municipais, consiste em ataques diretos aos pisos constitucionais e garantias legais desses direitos”. O economista ressalta ainda que, “ao atacar o BPC, a mira está principalmente nas mulheres idosas negras, as maiores beneficiárias. É um pacote antipobre, racista e machista”, rechaça.

Para Deccache, “apesar do anúncio desse amplo ataque, parece haver um pacto de silêncio para evitar uma reação popular organizada”, que ele classifica como “covardia pura”. “Estão esperando para denunciar quando não houver mais tempo de reação?”, pergunta, e rebate: “Haddad, Tebet e seus aliados desejam confronto? Terão guerra. E quem se calar diante disso é cúmplice desta barbárie. Não podemos poupar quem declara guerra aos pobres”.

### SEGURO-DESEMPREGO

Outra medida “estudada” pela equipe econômica é a redução do seguro-desemprego. A proposta inclui abater do benefício parte da multa de 40% do FGTS, reduzindo o valor a que o trabalhador tem direito.

De acordo com as centrais sindicais, que em nota repudiaram a proposta, “já vimos este filme e o final não foi nada bom. Em 2014, a equipe econômica do governo Dilma propôs uma série de ajustes na economia, que conduziram o Brasil a uma situação de recessão e desemprego”.

## Murilo Pinheiro: “É urgente rever esse modelo desastroso de privatizações”

Publicamos, a seguir, artigo de Murilo Pinheiro, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (SEESP):

Apagão expõe equívoco da privatização de serviços essenciais

Para além da premência em garantir cidades resilientes em meio a eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes, o temporal que atingiu a Região Metropolitana de São Paulo na noite da última sexta-feira (11/10) e ceifou a vida de sete pessoas revela o que especialistas têm alertado há tempos: o equívoco da privatização de serviços essenciais, como energia.

Três dias depois, ao final da manhã de segunda-feira (14/10), aproximadamente 460 mil consumidores continuavam sem energia, a maioria na Capital. O temporal – acompanhado de vendaval de 107,6 km na cidade de São Paulo, o mais forte registrado desde 1995 – derrubou 17 linhas de alta tensão, deixando as escudores, sendo destes 2,1 milhões atendidos pela Enel no Estado.

Apagões têm se tornado frequentes nas áreas abrangidas por essa multinacional italiana, que somam 7,8 milhões de unidades consumidoras. Em novembro de 2023, 4 milhões foram afetadas e centenas de milhares ainda enfrentavam a falta de energia cinco dias depois. Em março último, outro blecaute na área central da Capital custou mais de 30 horas para que a luz fosse totalmente restabelecida.

A justificativa dada pela Enel se repete: a demora se deve à complexidade exigida para os reparos. Na verdade, é consequência do corte de pessoal em mais de 30% desde 2019 e da ausência de investimentos no sistema elétrico, como amplamente noticiado.

Não apenas a energia poderia ser restabelecida rapidamente, como também haveria condições de prevenir ocorrências de tal monta, caso se colocasse em ação plano de contingência, houvesse

investimentos em engenharia de manutenção e adequação da rede.

O SEESP vem alertando sobre essas falhas não é de hoje e volta a chamar atenção para o equívoco da privatização de serviços essenciais. O debate agora é retomado diante da demora na restituição de energia nas áreas afetadas na Grande São Paulo.

Tendo assumido a concessão da antiga Eletropaulo em 2018 com vigência por dez anos, a precariedade no serviço prestado pela Enel vem elevando os questionamentos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou que intimará a empresa a prestar esclarecimentos e adequar a distribuição, podendo inclusive vir a recomendar a caducidade da concessão junto ao Ministério de Minas e Energia, caso não haja solução imediata.

O assunto volta à baila a cada novo apagão, mas lamentavelmente o que se observa é que é deixado de lado ao acender das últimas luzes restantes.

Enquanto isso, a população sofre com problemas cada vez mais recorrentes e frequentes, fruto da piora da qualidade e desmonte como consequência das privatizações no setor elétrico.

Em prol do interesse público, é urgente rever esse modelo que já se provou desastroso. Aliado a isso, garantir o protagonismo da engenharia na tomada de decisões rumo a cidades inteligentes, ou seja, aquelas que funcionam adequadamente, assegurando bem-estar às suas populações.

Propostas nessa direção constam da nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), com adesão do SEESP. Levá-las em conta se torna premente, para não mais termos que conviver com escuridão e tragédias anunciadas.

**Engenheiro Murilo Pinheiro**  
Presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo

### HP CHARGE DO ÉTON





## Boeing em decadência anuncia demissão de 17 mil trabalhadores

A Boeing anunciou na sexta-feira (11) que pretende despedir até o final do ano 10% dos seus funcionários em todo o mundo, nada menos do que 17 mil trabalhadores. O pretexto? Crescentes prejuízos decorrentes da greve da linha de montagem – iniciada em 13 de setembro contra o arrocho salarial – e uma “escassez de caixa”. Os dois fatores estariam impactando negativamente na produção das aeronaves 737 Max e 777.

A mesma multinacional aeroespacial e de defesa estadunidense que gastou cerca de US\$ 68 bilhões entre 2010 e 2019 em recompras de ações e dividendos para locupletar uma casta de executivos, agora alega que o problema é a remuneração inadequada dos seus trabalhadores e que demissões em massa são mais do que necessárias, imprescindíveis. O próprio “acordo provisório” proposto pela Boeing, prontamente rejeitado pelo Sindicato, previa junto com os cortes nos empregos um reajuste irrisório de 25% ao longo de quatro anos.

Sob a liderança da nova CEO Kelly Ortberg, a Boeing disse que pretende aplicar sua política de cortes o quanto antes, sem explicar absolutamente nada sob a recompra de ações e os lucros exorbitantes proporcionados à alta linhaagem da multinacional. De forma descarada, declarou que nada “muito além disso pode ser aceito se quisermos permanecer competitivos como empresa”.

Ortberg assumiu em agosto, após a saída do ex-presidente-executivo – exibindo um imponente paraquedas dourado de US\$ 45 milhões – em meio a preocupações e denúncias sobre a segurança, logo depois que o tampão da porta de um avião da Boeing – operado pela Alaska Airlines – ter despencado em pleno voo. O Departamento de Justiça dos EUA havia aberto investigação criminal pelo incidente ocorrido em 5 de janeiro.

Em julho, diante das provas contundentes que vinham se acumulando, a direção da Boeing concordou em se declarar culpada da acusação criminal por dois acidentes fatais do 737 Max, em 2018 e 2019, nos quais morreram 346 pessoas.

### BOEING: FABRICANTE DE RECOMPRAS

Para o diretor executivo do Labor Institute, Les Leopold, “a Boeing está em apuros porque se tornou uma fabricante de recompras de ações, não apenas de aviões”. Autor de Wall Street’s War on Workers: How Mass Layoffs and Greed Are Destroying the Working Class and What to Do about It “A guerra de Wall Street contra os trabalhadores: como as demissões em massa e a ganância estão destruindo a classe trabalhadora e o que fazer a respeito”, Leopold denunciou que “a cura corporativa é sempre a mesma: demitir trabalhadores”. Esclareceu o fato das “recompras de ações e demissões estarem intimamente ligadas” e que, por isso, “está na hora de serem proibidas completamente”.

Para Leopold, “nenhum dinheiro do contribuinte deveria ir para corporações que demitem contribuintes e realizarem recompras de ações”. Em 2022, a Boeing recebeu cerca de US\$ 15 bilhões em contratos com o Pentágono, o que dá a dimensão da parceria entre a estrutura governamental e a multinacional.

O presidente do Distrito 751 da Associação Internacional de Maquinistas e Trabalhadores Aeroespaciais, Jon Holden, friso que gerência da empresa “continua se afastando da mesa” e “usando as mesmas velhas e cansadas táticas de barganha na imprensa”. Na prática, é a troca de anúncio publicitário por silêncio ou desinformação.

“O caminho para resolver esta greve começa na mesa de negociações. A relutância em permanecer na mesa apenas prolonga a greve. Ortberg tem a oportunidade de fazer as coisas de forma diferente, em vez das mesmas velhas e cansadas ameaças de relações trabalhistas usadas para intimidar e esmagar qualquer um que as enfrente”, acrescentou Holden.

Holden esclareceu ainda que o Sindicato “está se apoiando em princípios e busca uma resolução que seja negociada e atenda às necessidades de seus filiados”. Por isso, enfatizou, é melhor para a Boeing que “volte para a mesa de negociações”.



Boeing em greve contra o arrocho salarial

# BCE volta a cortar juros na zona do euro para sair da estagnação



A expectativa é que na próxima reunião em dezembro o BCE corte mais 0,25 p.p.

## PIB da China cresce 4,6% no 3º trimestre

A China anunciou nesta sexta-feira (18) um crescimento de 4,6% do seu Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre, em comparação com igual período no ano passado. A variação superou os 4,5% projetados por analistas financeiros. Numa base trimestral, expandiu 0,9% em relação ao período anterior.

A informação foi divulgada pelo Escritório Nacional de Estatísticas que apontou a existência de um “ambiente externo complicado e severo”. Diante desse quadro, a segunda maior economia do mundo deve adotar um conjunto de medidas de estímulo ao desenvolvimento econômico com vistas a alcançar os 5% anuais.

A economia chinesa cresceu 4,8% anualmente nos primeiros nove meses de 2024. Numa análise por setores, a produção industrial aumentou 5,8% em relação aos primeiros nove meses de 2023, com registro de uma recuperação constante do setor de serviços, com um aumento de 4,7% no valor acrescentado.

O mercado de trabalho manteve-se estável nos primeiros três trimestres do



Indústria chinesa cresceu 5,8% de janeiro a setembro

ano, com a taxa de desemprego urbano situada em 5,1% em comparação com 5,3% há um ano. O crescimento do rendimento nominal dos residentes urbanos e rurais atingiu 5,2% no período.

O Ministro das Finanças, Lan Fo'an, já tinha declarado no sábado (12) que o governo em breve “lançará um pacote de medidas políticas incrementais direcionadas a estabilizar o crescimento, expandir a demanda interna e mitigar os riscos”. Sobre o montante dos recursos, o ministro se comprometeu a “aumentar

significativamente” a dívida para potencializar a ampliação do mercado interno, para o que poderá arrecadar 6 trilhões de yuan (842,6 bilhões de dólares) em bônus especiais do tesouro ao longo de três anos. O objetivo seria um estímulo fiscal expandido, acrescentou.

O Banco Central chinês havia comunicado no final de setembro um conjunto de medidas de apoio monetário – as mais significativas desde a pandemia de Covid-19 –, que inclui cortes nas taxas de juros e ações de apoio ao mercado imobiliário.

## “BRICS é hoje o motor do crescimento global”, diz Putin

“A participação dos países do BRICS no Produto Interno Bruto global já excede a do G7 e continua a crescer”, afirmou o presidente russo Vladimir Putin no Fórum Empresarial do BRICS, que começou em Moscou em 17 de outubro último.

Putin enfatizou que os países do BRICS desempenham um papel significativo na economia global não apenas hoje.

“Por exemplo, vamos pegar 1992 – [a fatia do] Grupo dos Sete [Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá] era de 45,5%, e no mesmo ano os países do BRICS [respondiam por] 16,7% do PIB global. E agora? Em 2023 nossa associação [responde por] 37,4%, e a do G7 é de 29,3%. A diferença está aumentando e aumentará, isso é inevitável”, observou o líder russo.

“É bastante óbvio que esse papel também aumentará no futuro. Os países que fazem parte da nossa associação são, de fato, os motores do crescimento econômico global. E é no BRICS que o principal aumento do PIB global será gerado no futuro próximo”, frisou o presidente russo.

Neste ano o grupo BRICS se ampliará, aceitando novos membros e alargando as relações econômicas com novos Estados. Além do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países que iniciaram a aliança e a quem o grupo deve a sigla, inclui agora também o Egito, a Etiópia, o Irã, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita.

O líder russo enfatizou que o trabalho conjunto do BRICS para acelerar o crescimento socioeconômico e garantir o desenvolvimento sustentável traz resultados tangíveis e, na verdade, contribui para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos comuns de nossos países. De acordo com Putin, os números falam por si. Ele citou estatísticas segundo as quais o PIB combinado da associação



Putin fala ao Fórum Empresarial do BRICS

é mais de US\$ 60 trilhões, e sua participação total no produto bruto mundial excede amplamente o valor correspondente para o chamado G7 e continua a crescer.

“Nas últimas décadas, mais de 40% do crescimento do PIB global, toda a dinâmica econômica global, veio dos países BRICS. Com base nos resultados do ano atual, a taxa média de crescimento econômico nos BRICS é projetada em 4%. Isso é maior do que as taxas nos países do G7 – lá é de apenas 1,7% – e que as taxas globais. As globais serão de 3,2%”, assinalou Putin.

Ele também lembrou que o BRICS responde por cerca de um quarto das exportações globais de bens, enquanto as empresas dos países da associação dominam muitos mercados importantes, incluindo recursos energéticos, metais, alimentos, ou seja, mercados para aqueles bens sem os quais o desenvolvimento econômico sustentável é impossível. Da mesma forma, Vla-

O crescimento previsto para União Europeia no terceiro trimestre é de 0,2%, enquanto o BCE espera que o total anual seja de 0,8%, abaixo da anêmica previsão de 0,9% de junho. As estimativas para 2025 foram revistas para baixo, de 1,4% para 1,3%

O Banco Central Europeu cortou as taxas de juros pela terceira vez este ano nesta quinta-feira (17), em 0,25 pontos percentuais, para 3,25%, em um esforço para tirar a Zona do Euro da estagnação em que se encontra desde 2023 e que afinge especialmente sua locomotiva, a Alemanha, enquanto a inflação está em 1,7%, abaixo da meta de 2% do BCE.

O crescimento previsto para o terceiro trimestre é de 0,2%, enquanto o BCE espera que o total anual seja de 0,8%, abaixo da anêmica previsão de 0,9% de junho. As estimativas para 2025 foram revistas em baixa, de 1,4% para 1,3%.

De acordo com o Euronews, as altas taxas de juros minaram o investimento e o crescimento econômico e os dados mais recentes, “inclusive sobre a produção industrial e os empréstimos bancários, apontam para mais do mesmo nos próximos meses”.

“Tal deveu-se a um crescimento do consumo privado e do investimento inferior ao esperado, bem como a existências mais fracas, apesar de um contributo mais forte do que o esperado do comércio líquido”, afirmou o BCE. O PMI, que se baseia nas respostas aos inquéritos dos gerentes nos setores da indústria transformadora e dos serviços, desceu abaixo do limiar dos 50 pontos, o que revela uma contração da atividade do setor privado.

Em relação à Alemanha, prevê-se que a sua economia diminua 0,2% em 2024, após uma contração de 0,3% em 2023. Ou seja, a recessão na Alemanha já perdura por dois anos, desde que se autoexcluiu do gás russo barato, e o país inclusive discute a ameaça de desindustrialização.

Para o Euronews, o primeiro corte consecutivo nos juros em 13 anos marca uma mudança no foco do banco central da zona do euro, que deixou de ser a

redução da inflação para passar a proteger o crescimento econômico, que ficou muito aquém do dos Estados Unidos por dois anos consecutivos. Isso para não falar do crescimento da China ou da Índia.

As informações recebidas “mostram que o processo desinflationário está bem encaminhado”, disse o BCE sobre o curso da inflação. “As perspectivas de inflação também são afetadas pelas recentes surpresas negativas nos indicadores de atividade econômica.”

A decisão de baixar os custos dos empréstimos surge numa altura em que a inflação na zona euro desceu para 1,7% em setembro, valor revisado, contra 2,2% em agosto. Foi a primeira vez, em três anos, que o valor ficou abaixo da meta de 2% do BCE.

Este declínio foi impulsionado principalmente pela queda dos preços da energia, embora a inflação subjacente – excluindo os preços voláteis da energia e dos alimentos – tenha permanecido estável nos 2,7%. A inflação dos serviços situa-se em 3,9% em termos anuais.

“O Conselho do BCE decidiu hoje baixar as três taxas de juro diretoras em 25 pontos base. Em particular, a decisão de baixar a taxa da facilidade permanente de depósito – a taxa através da qual o Conselho do BCE orienta a política monetária – baseia-se na avaliação atualizada das perspectivas para a inflação, da dinâmica da inflação subjacente e da força da transmissão da política monetária”, afirmou o BCE em comunicado.

O corte de 25 pontos-base reduz a taxa que o BCE paga sobre os depósitos dos bancos para 3,25%. Analistas de mercado esperam pelo menos outras três reduções do juro até março de 2025. Há expectativas de que, na reunião de dezembro, o BCE reduza a taxa básica para 3,0%.

## 50 deputados ingleses exigem sanções a Israel para cessar o genocídio

“Durante mais de um ano, Israel vem cometendo crimes de guerra e violações flagrantes do direito internacional em Gaza. Para que Israel deixe de cometer estes crimes, precisamos de ações reais por parte dos líderes políticos, e não apenas de palavras”, afirmou o deputado do Partido Trabalhista britânico Richard Burgon, apresentando a Moção de Ação Antecipada (EDM), assinada por cerca de 50 membros do Parlamento britânico, que exige do governo a imposição de sanções ao regime israelense devido às suas contínuas violações do direito internacional na Palestina.

Apoiando a Moção, a Aliança Independente de Deputados, que inclui figuras como Jeremy Corbyn, Shockat Adam, Adnan Hussain, Ayoub Khan e Iqbal Mohamed, frisou a importância de “impor sanções a Israel, como recentemente solicitado pela Assembleia Geral das Nações Unidas”, e criticou o governo do Reino Unido pela sua cumplicidade com os crimes de Tel Aviv.

A este propósito, em mais um documento tornado público, a coligação formada por Jeremy Corbyn em defesa da Palestina, questionou o Secretário dos Negócios Estrangeiros, David Lammy, se o governo se opunha realmente ao genocídio.

Condenando a nova liderança do Partido Trabalhista por “100 dias de cumplicidade com crimes contra a humanidade” e manifestando “indignação pela

cumplicidade do governo com um dos maiores crimes de guerra e violações flagrantes da nossa vida”, a carta aberta surgiu depois de se saber que refugiados palestinos, que procuravam abrigo em tendas, foram queimados até à morte após um ataque aéreo israelense no pátio do hospital Al Aqsa, em Deir Al Balah, no centro de Gaza, no domingo, 13 de outubro. “Os seus últimos momentos na Terra foram de dor e sofrimento inimagináveis”, observa a carta.

“O horror em Gaza é frequentemente descrito como uma crise humanitária... mas esta não é uma crise humanitária. É um genocídio facilitado pelos governos, incluindo o nosso”, acrescenta a carta.

A Aliança Independente de Deputados perguntou ainda ao governo britânico quando irá acabar com as vendas de armas a Israel e juntar-se à França, Itália, Espanha e Jordânia no apelo a uma proibição global do comércio.

Além disso, questionou se o governo aceita a decisão do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), que declarou Israel culpado pela ocupação ilegal dos territórios palestinos.

Embora a suspensão das vendas de armas a Israel tenha se tornado uma exigência nacional no Reino Unido, Londres continua a ser o principal fornecedor de armas ao governo genocida de Benjamin Netanyahu junto com os Estados Unidos.

# A herança de Getúlio é o Brasil (8)

Continuação da edição anterior

O programa que Getúlio tornou público em janeiro de 1954 era o mais profundo programa de libertação do Brasil, desenvolvimento econômico independente e justiça social já formulado no país – superior, e, ao mesmo tempo, continuidade do programa da Revolução de 30

CARLOS LOPES

**A** saída para esse assalto despudorado ao dinheiro público, que, além de humilhante, estrangulava o crescimento da economia, era, como foi, a criação da Eletrobrás:

“Desde que somos nós mesmos que temos de solucionar o problema, vamos resolvê-lo. Nessas condições, seria incúria governamental permitir que o consumo de energia estivesse produzindo renda em divisas, sem investimento efetivo de capital. É claro que esse programa vem ferir, frontalmente, os interesses nesse negócio. Mas para tudo há um limite. E a resistência do povo estabeleceu esse limite intransponível. O povo está sendo sacrificado e o Brasil espoliado. Nosso povo tem valores de trabalho a defender e deles precisa para se desenvolver e se tornar útil à comunhão de todos os povos”.

13

O programa que Getúlio tornou público em janeiro de 1954 era o mais profundo programa de libertação do Brasil, desenvolvimento econômico independente e justiça social já formulado no país – superior, e, ao mesmo tempo, continuidade do programa da Revolução de 30.

Correspondia a uma necessidade histórica, a uma necessidade do Brasil e de seu povo, ainda que as forças nacionais que o representavam politicamente não tivessem adquirido ainda a maturidade para levá-lo totalmente – e até o fim – à prática.

Tratava-se, nas condições surgidas após a II Guerra, em que o imperialismo tinha pela primeira vez uma única potência hegemônica – que exigia a nossa submissão, o nosso “alinhamento” incondicional em sua guerra pela sobrevivência contra o socialismo – de dotar o país, a partir de seus recursos imensos, de uma base econômica nacional, colocando o mercado interno e a poupança interna em outro patamar, como as molas propulsoras da economia.

Em suma, significava manter e desenvolver uma fisionomia própria e não dependente, o que agora implicava não apenas em aumentar o peso político do empresariado nacional – tal como a Revolução de 30 havia feito – mas também o da classe operária e demais setores populares, e o peso econômico do Estado nacional.

Era contra esse programa que se açulavam, desde o início do governo e mais ainda a partir de janeiro de 1954 – quando se tornou claro que Getúlio não recuaria nem faria concessões às custas da Nação – o cacchismo dos Lacerda e cia.

Mas é ainda atribuir demasiado papel a um grupelho de serviçais, o de terem, sozinhos, levado o país e Getúlio à situação de agosto de 1954. A fábrica de calúnias, insultos, mentiras, apelos ao golpe, envolvimento de oficiais honrados, em suma, a origem da campanha contra Getúlio e o programa nacional de transformação do Brasil, nunca esteve em Lacerda e seus melancólicos colegas, a quem faltava, como se viu depois de 64, até o mínimo da coragem que geralmente se atribui aos ratos quando acuados.

Praticamente todas as supostas “denúncias” contra o governo de Getúlio, sem exceção desmascaradas como falsas depois, foram forjadas no “Escritório Monsen”, uma suposta empresa de advocacia de propriedade da Standard Oil, com vinculações – para dizer o mínimo – com a CIA, e que tinha como um de seus principais membros o genro do diretor da filial da Hollerith, uma subsidiária da IBM. Lacerda era apenas um alto-falante – e, por sua psicopática histeria, falta de escrúpulos e crapulice, enfim, pela sua compulsão amebiana e rancorosa de servir, o alto-falante ideal para seus amos. Mas, ainda assim, apenas um papagaio.

Desde a vitória de Getúlio nas eleições de 50 e sua posse, o objetivo era não deixá-lo governar e não deixá-lo terminar o mandato.

Em agosto de 1954 faltava pouco mais de um ano para completá-lo. Porém, não havia chance alguma de aboletar no Catete um novo presidente servil, se Getúlio – isto é, o povo – estivesse no poder durante a campanha eleitoral e as eleições fossem livres e honestas. Em 50, ele vencera mesmo contra o governo e a totalidade da imprensa. Como a história posterior o demonstrou, naquele momento era impossível ao imperialismo instalar, por via eleitoral, um governo que lhe conviesse. Seus representantes e serviçais sabiam disso. Daí, os apelos reiterados ao golpe.

Por trás da questão eleitoral, e determinando-a, estava o que o próprio Lacerda e o antigo antagonista de Roberto Simonsen, Eugênio Gudim – que de defensor da nossa “vocaçao agrícola” e eterna dependência à Inglaterra tinha passado a defensor de nossa vocação natural de fornecedores de matérias-primas aos EUA – confessaram depois: era preciso impedir que a política de Getúlio se tornasse “permanente”, se consolidasse como o programa do Estado e da Nação brasileira naquela nova fase da nossa história.

Era preciso, portanto, tirar o povo do poder. Essa era a condição para subordinar o país à matriz imperialista, aos seus cartéis, bancos e monopólios privados.

Para isso, a conspirata golpista seguiu por três lados: a tentativa de isolar o governo das Forças Armadas; a tentativa de privar Getúlio de qualquer órgão de comunicação com o povo; e a tentativa de isolá-lo do empresariado nacional. Se faltasse alguma prova do golpismo e da orquestração externa, bastaria a descrição sucessiva desses acontecimentos.

Para isolar o governo das Forças Armadas era preciso dividi-las, afastar a direção patriótica do Clube Militar, cujo presidente, general Newton Estillac Leal, era também o ministro da Guerra, e envolver oficiais honestos, colocando-os contra colegas e contra o governo.

Naturalmente – até onde pode-se usar a palavra “natural” num caso tão aberrante – os empregados do “Escritório Monsen” só tinham a brandir para esse fim o anticomunismo mais cretino. A oposição dos militares brasileiros a que fosse morrer na Coreia para ajudar a malfadada agressão norte-americana àquele país,



Getúlio Vargas e o ministro do Trabalho, João Goulart (a direita). Em 1º de Maio de 1954, Vargas anunciava ao Brasil o novo piso nacional, reajustado em 100%

ou o apoio decidido à Petrobrás – cuja origem estava nos relatórios do Estado Maior na segunda metade da década de 30 e na gestão do general Horta Barbosa à frente do Conselho Nacional do Petróleo – foram tachados de “comunistas”. A questão era atrair, neutralizar e intimidar oficiais com essa cruzada, para fazer com que o Ministério da Guerra ficasse em mãos cada vez menos firmes.

Era impossível, no entanto, derrubar o governo sem isolá-lo do povo. Por isso, aí se concentrou o alto-falante mais doentio, o infeliz Lacerda, munido das inovações “jurídicas” do Escritório Monsen – cuja atuação foi aberta. Tratava-se de destruir o único órgão de comunicação com que Getúlio contava, a “Última Hora”, do jornalista Samuel Wainer. No decorrer dessa campanha infecta, seus promotores, embriagados com a própria fraude, chegaram a tentar um atalho: o de pedir o impeachment de Getúlio. A derrota foi acachapante.

Na campanha de 50, Getúlio vencera contra toda a imprensa. Lançada a “Última Hora”, ela tornou-se em poucos meses o principal jornal do país, exatamente devido à sua linha editorial de defesa da Nação e apoio às medidas tomadas nesse sentido por Getúlio. A própria transformação editorial e gráfica que a “Última Hora” realizou pela primeira vez na imprensa brasileira, era uma decorrência da necessidade de comunicar esse conteúdo nacional e popular.

Em abril de 1953, Lacerda publicou uma acusação falsa, a de que Wainer não havia nascido no Brasil: a Constituição de 46 proibía a propriedade de órgãos de comunicação por estrangeiros ou brasileiros naturalizados. Em suma, os serviçais de tudo o que era de mais pútrido no estrangeiro acusavam Wainer de ser... estrangeiro.

Em seguida, já que a primeira era insustentável, a acusação passou a ser a de que o jornal tinha obtido créditos bancários para se viabilizar. Exigiam da empresa que fosse a única no mundo a sobreviver sem créditos ou empréstimos. Chamado a depor na CPI montada contra o jornal, o conde Matarazzo, na época o maior industrial brasileiro, esclareceu a questão: “Senhores deputados, o dinheiro que subscrevi para o capital necessário ao lançamento da ‘Última Hora’ era dinheiro meu e eu não tenho que dar satisfação disso a ninguém. Dei o dinheiro a Wainer porque acreditei na sua capacidade técnica, aliás, altamente comprovada pelo sucesso do seu jornal”. E a uma pergunta desrespeitosa de um dos funcionários do “Escritório Monsen”, depu-

tado pela UDN: “Senhor deputado, o senhor conhece por acaso algum dono de jornal no Brasil que seja pobre?”.

Finalmente, com o fracasso de mais essa acusação, jogouse outra, a de favorecimento ao jornal por parte do governo. Com sua prodigiosa falta de escrúpulos, Lacerda inventou – tudo indica que apenas repetiu uma fraude armada sabe-se aonde – um crédito de Cr\$ 300 mil que teria sido concedido pelo Banco do Brasil ao “Última Hora”, sem que Wainer tivesse que pagá-lo, ou seja, uma fantasmagórica doação de dinheiro público. Além disso, um simples aval cambial para importação de papel de imprensa, que o BB estava, por lei, obrigado a conceder, foi transformado em um “empréstimo”.

Dos jornais com tiragem de alguma importância, a “Última Hora” era o que devia menos ao BB – e todos os pagamentos estavam em dia, assim como as garantias eram reais e somavam muito mais do que os empréstimos. É compreensível – ainda que não admissível – que alguns homens de bem não tenham, na época, entendido como era possível a alguém mentir tanto, tão alto e tão repetidamente: quando o próprio ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, um dos companheiros mais próximos de Getúlio, cedeu às pressões e mandou executar os Cr\$ 300 mil, descobriu que a dívida passível de execução eram meros Cr\$ 8 mil, que foram pagos em 24 horas.

Não era o caso dos jornais envolvidos na campanha contra Getúlio. Posteriormente, já relegado à desgraça final, Lacerda confessou o que todos sabiam: que sem dispor à sua vontade da Rádio Globo e da TV de Chateaubriand (única do país na época), a campanha contra Getúlio nem mesmo teria começado. No entanto, os “Diários Associados”, de Chateaubriand, deviam Cr\$ 162 milhões ao BB; “O Globo”, somente nos dois anos anteriores, tinha obtido US\$ 1.022.211,00 do BB em sucessivos empréstimos, dando sempre como garantia uma mesma velha impressora, e sem quitar durante esse período sequer o primeiro desses empréstimos. O próprio jornal de Lacerda, insignificante quanto à tiragem, era um dos devedores do BB.

14

O próximo alvo foi o Ministério do Trabalho, encabeçado primeiramente por Danton Coelho e depois por João Goulart, ambos dos mais próximos e firmes getulistas, principais dirigentes do PTB – o último, seu presidente nacional.

A 8 de março de 1953, o “The New York Times” iniciou, em editorial, a campanha contra Jango, mais jovem ministro da História da República, dando lições aos brasileiros do que seria ou não seria uma “traição” ao Brasil. O editorial foi prontamente repicado pela trupe de renegados.

Jango respondeu em seguida: “além de ataques infames à minha honorabilidade, inventam as mais sórdidas mentiras e intrigas, como é exemplo essa pitoresca ‘república sindicalista’ que anda no cabeçalho de alguns jornais. O Ministério do Trabalho deseja tão-somente que se oriente no sentido dos legítimos interesses das classes trabalhadoras e rigorosamente dentro da Constituição”.

Jango, ele mesmo um empresário, também esclareceu que “não passa de torpe intriga o boato de que sou contra o capitalismo. À frente do Ministério do Trabalho estou pronto a aplaudir e a estimular os capitalistas que, fazendo de sua força econômica um meio legítimo de produzir riquezas, dão sempre às suas iniciativas um sentido social, humano, patriótico. Sou contra, isso sim, o capitalismo parasitário, exorbitando no ganho e imediatista no lucro, contra o capitalismo cevado à base da especulação, que afinal só contribui para o desajustamento social. Não é admirável que, enquanto uns estão ameaçados de morrer de fome, outros ganham em um ano aquilo que normalmente deveriam ganhar em 50 anos ou até séculos”.

O objetivo dessa outra campanha era isolar o governo do empresariado nacional, apesar de Euvaldo Lodi, seu principal líder depois da morte de Roberto Simonsen, continuar apoiando Getúlio.

O pretexto foi o aumento do salário-mínimo, a ser concedido em maio de 1954, sobre o qual foi inventada uma peculiar regra divina, segundo a qual ele não poderia ultrapassar a inflação (de 42% desde o último aumento, em 1951), sob pena do empresário ir à falência. Do ponto de vista da situação econômica da época, o contrário era o verdadeiro: a expansão do mercado interno, com o aumento real de salários, era essencial para que as empresas nacionais pudessem continuar crescendo. Os estudos realizados pelo Ministério do Trabalho demonstravam que um aumento de 100% podia ser absorvido sem problemas pelas empresas, até porque apenas devolvia o poder de compra dos salários aos níveis anteriores ao governo Dutra, durante o qual, apesar da inflação, não houve sequer um reajuste do salário.

Diante da gritaria que conseguiu envolver setores do empresariado e alguns militares de prestígio – o chamado “manifesto dos coronéis” –, Jango resolve demitir-se para privar a conspiração de um alvo e impedir que o governo fosse paralisado. Como carta de demissão, ele envia ao presidente a exposição de motivos a favor do aumento salarial:

“... a atual situação do trabalhador, com o salário de miséria que recebe, é de desespero. A realidade é que vivemos numa época em que a ostentação e o fausto



debocham e tripudiam da miséria popular, os lucros se multiplicam nas mãos de poucos à custa do sofrimento de muitos e a psicose do enriquecimento rápido domina a maioria dos detentores do poder econômico. Não existe melhor estatística para o pobre do que o caderno de pagamento das suas contas, que lhe mostra de maneira irrefutável a diminuição constante dos seus salários com a elevação vertiginosa dos preços das utilidades e dos gêneros essenciais à preservação da vida. E não se diga, como querem alguns, que os trabalhadores são culpados por essa situação. Aceitar esse ponto de vista seria inverter maliciosamente os termos do problema. Não são os salários que elevam o custo de vida. Pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais elevados”.

Jango saiu do Ministério, mas o aumento de 100% foi decretado no dia 1º de maio de 1954 – e nenhuma empresa faliu por causa dele ou mesmo passou por dificuldades para pagá-lo.

De todos os notáveis pronunciamentos que Getúlio fez nos vários 1º de maio – e esta data havia sido sempre a sua preferida para falar ao povo – este, o último deles, em que decretou o aumento de 100% do salário-mínimo, é o mais profundo e o mais avançado de sua vida. Apenas quatro meses antes da Carta-Testamento, ele declara aos trabalhadores, que 24 anos antes motivaram o primeiro grande ato da Revolução de 30, a criação do “ministério da revolução”, o Ministério do Trabalho:

“Neste 1º de maio, tão grato a quem, como eu, se acostumou a ver em vossa nunca desmentida solidariedade o maior motivo de alento para continuar devotado ao serviço da Pátria e à causa da reforma social, quero estar convosco, em espírito e sentimento, participando das vossas alegrias, na data consagrada à exaltação do vosso esforço e heroísmo.”

Como sempre, ele não faz concessões a fáceis, altissonantes e vazias figuras de retórica. Ao contrário, entra no cerne dos problemas:

“A rápida industrialização e expansão econômica do país geraram uma acentuada desproporção entre o nosso surto de progresso e o nível dos salários. O crescimento vertiginoso da arrecadação do imposto de renda, que subiu de Cr\$ 310 milhões em 1939 para Cr\$ 10 bilhões em 1953, mostra que o aumento da riqueza privada e o vulto dos lucros das classes abastadas estão em contraste chocante com o índice dos salários”.

Ao mesmo tempo, é magnífica a sua serenidade e ironia ao abordar a campanha dos inimigos:

“Os que vivem a apregoar, por convicção ou por espírito de oposição sistemática, que o custo de vida aumentou assustadoramente devem ser os primeiros a reconhecer que a elevação dos salários é uma necessidade imposta pela atual conjuntura econômica. As publicações jornalísticas sobre o encarecimento da vida estão fornecendo preciosos subsídios aos estudos do Ministério do Trabalho para melhorar os salários dos trabalhadores da imprensa”.

Continua na próxima edição